

Bolsa de Emprego | Outubro de 2017



Nome: Rita Sofia da Conceição Dias
Habilitações Literárias: Licenciatura em Biologia e Geologia
Experiência Profissional: Formadora, Coordenação Pedagógica, Comercial

Nome: Maria Madalena Ferreira de Jesus Correia
Habilitações Literárias: Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
Experiência Profissional: Bancária

Nome: Bento Manuel Nogueira Fernandes da Cunha
Habilitações Literárias: 12º ano - área Construção Civil
Experiência Profissional: Construção e Imobiliária

Nome: Carla Sofia Maia Soares
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Recepcionista, Administrativa

Nome: Ana Micaela Lindo Duarte Couceiro
Habilitações Literárias: Licenciatura em Contabilidade e Auditoria
Experiência Profissional: Contabilidade, Gestão de Tesouraria e Recursos Humanos

Nome: Ana Mafalda Jesus Silva Ferreira
Habilitações Literárias: 12º ano - Artes Plásticas - Ourivesaria
Experiência Profissional: Comercial, Facturação, Venda e Reciclagem Consumíveis, Ourivesaria

Nome: Ricardo Alexandre Almeida Marques
Habilitações Literárias: Licenciatura em Marketing
Experiência Profissional: Comercial, Gestor de Escritório, Operário Fabril, Administrativo, Produção

Nome: Liliana Lopes Calisto
Habilitações Literárias: Mestrado em Psicologia Clínica
Experiência Profissional: Psicologia, Balcão/Mesa, Confeção de vestuário, Caixa e Repositora de Supermercado

Nome: Ana Cristina Rodrigues Galante Martins
Habilitações Literárias: Licenciatura em Contabilidade e Auditoria
Experiência Profissional: 1º Emprego

Nome: Cristina Isabel Neto Gonçalves
Habilitações Literárias: Licenciatura em Contabilidade
Experiência Profissional: Contabilidade, Gestão de Recursos Humanos, Fiscalidade

Nome: Ana Rita Cêrca de Jesus
Habilitações Literárias: 9º ano de escolaridade
Experiência Profissional: Eleclerc

Nota: Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional.

Contactos:
Telefone: 231 516 761
E-mail: gip@acib.pt

A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:

Fotocópias | fax | Internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

Sede:
Espaço Inovação - Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

Delegação:
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T. 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Outubro de 2017



ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB para o 2º semestre

Seminários

- Ciclo de Workshops Exportação

- Logística de Exportação: Embalagens, Transportes e Seguros
- Métodos e Meios de pagamento na exportação
- Compreender e aplicar os INCOTERMS 2010

- Ciclo de Workshops Ferramentas para aumentar a produtividade das empresas

- Melhorar o desempenho da empresa
- Qualidade à primeira
- O posto de trabalho óptimo: 5S
- A manutenção como fonte de receita

- Economia Circular – Cluster Habitat

- GIMP - Tratamento de Imagens

Formação Profissional Não Financiada

- Cartão de Manipulador de Carnes - Renovação
- Primeiros Socorros
- Cartão de Manipulador de Carnes - Iniciação
- Formação Pedagógica Inicial de Formadores
- Benefícios e Aplicação do Coaching no Desenvolvimento Pessoal
- Atendimento Telefónico e Imagem da Empresa
- Segurança na Utilização de Pontes Rolantes
- Segurança na Utilização de Empilhadores

Formação Profissional Financiada

- Legislação Laboral
- Sketch Up - Desenho 3D Assistido por Computador
- Prevenção e Combate a Incêndios

Formação-Accção

- Formação para empresários

Data	Local
17/10	O. Bairro
14/11	Anadia
12/12	O. Bairro
12/10	Anadia
09/11	O. Bairro
23/11	Anadia
07/12	O. Bairro
26/10	O. Bairro
30/10 e 06/11	O. Bairro
09/10	Anadia
13/10	Anadia
16/10	O. Bairro
23/10	O. Bairro
11/11	O. Bairro
Novembro	O. Bairro
27/12	O. Bairro
27/12	O. Bairro
16/10	O. Bairro
16/10	O. Bairro
07/11	O. Bairro
Outubro	O. Bairro

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt.//

Acidentes de trabalho | Participação electrónica

A partir de Dezembro, os empregadores, excepto microempresas, vão ter de participar informaticamente os acidentes de trabalho suportados por seguradoras, sob pena de coimas entre os 192 euros e os 1.530 euros.

O novo regime aplica-se ao sector privado, incluindo o cooperativo e o social, bem como a trabalhadores independentes e todas as entidades públicas que tenham transferido a responsabilidade de reparação do acidente de trabalho para um segurador.

A partir de finais de Novembro, com a entrada em vigor do novo regime, o empregador ou o trabalhador independente sinistrado tem de utilizar o modelo de participação de acidente de trabalho ao segurador que vai ser aprovado para o efeito, e que vai definir também o conteúdo dessas informações e informação adicional.//

Actualização do montante das rendas | Aumento será de 1,12%

Em 2018, os senhorios com contratos de arrendamento constituídos após 2006 (na sequência do Novo Regime do Arrendamento Urbano – NRAU) vão poder aumentar as rendas aos seus inquilinos em 1,12%, por outras palavras, o coeficiente de actualização das rendas em 2018 será de 1,0112. Para apurar o valor da renda deverá multiplicar-se o valor actual da renda por 1,0112.//

Prevenção e combate ao assédio no trabalho | Empresas obrigadas a adoptar códigos de boa conduta

A 01 de Outubro entrou em vigor a Lei nº 73/2017, de 16 de Agosto, diploma que veio reforçar o quadro legislativo através de um conjunto de medidas tendentes a prevenir e combater o assédio no local de trabalho. Estas alterações são aplicáveis ao sector privado e à Administração Pública.

Sempre que a empresa tenha 7 ou mais trabalhadores deverá adoptar códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho e instaurar, independentemente do número de trabalhadores, procedimento disciplinar sempre que tiver conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho, constituindo contra-ordenação grave a violação destas obrigações.

A prática de assédio constitui

contra-ordenação muito grave, sem prejuízo da eventual responsabilidade penal prevista nos termos da lei.

O diploma prevê que seja do empregador a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de doenças profissionais resultantes da prática de assédio, assumindo a Segurança Social o pagamento da reparação desses danos, sub-rogando-se na posição do trabalhador.

O denunciante e as suas testemunhas não podem ser sancionados disciplinarmente, excepto se demonstrar uma actuação dolosa no âmbito do processo judicial ou contra-ordenacional pelo assédio, presumindo-se como abusivo o despedimento ou sanção disciplinar até 1 ano após a

denúncia ou outra forma de exercício de direitos relativos a igualdade, não discriminação e assédio.

A denúncia à ACT da prática de assédio pelo empregador ou seu representante configura justa causa de resolução do contrato pelo trabalhador.

O diploma introduz igualmente alterações ao nível do conteúdo do acordo de revogação do contrato de trabalho por acordo que, para além da data da celebração e início da produção de efeitos, deve conter de forma expressa indicação do prazo legal para o trabalhador fazer cessar esse mesmo acordo, o que nos termos do art.º 350 do Código do Trabalho pode ocorrer até ao 7º dia seguinte à data da sua celebração.//

Limites da duração do trabalho e horas extraordinárias | Legislação

Os limites da duração do trabalho regulamentam o número de horas que o colaborador pode trabalhar. É certo que compete ao empregador determinar o horário de trabalho do trabalhador e, por consequência, os limites da duração do trabalho. No entanto, tem que se reger pelos limites estipulados pela lei.

O que se entende por período normal de trabalho? Note-se que a noção de período normal de trabalho engloba todo o tempo desde o momento do início da prestação da actividade até ao seu termo diário, incluindo os intervalos e momentos de descanso.

Qual deve ser o período normal de trabalho? O período normal de trabalho não pode exceder oito horas por dia e quarenta horas por semana. Existe uma tolerância de 15 minutos para as transições, operações e serviços começados e não acabados na hora estabelecida para o termo do período normal de trabalho diário.

O trabalhador deve ser compensado se exceder o período normal de trabalho? A tolerância acima mencionada deve ser usada excepcionalmente e o tempo de trabalho acumulado terá que ser pago ao colaborador quando perfizer um total de 4 horas.

Há excepções à regra? O período normal de trabalho diário de um trabalhador que preste actividade exclusivamente em dias de descanso semanal pode ser aumentado até quatro horas diárias. De igual modo, trabalhadores de entidades sem fins lucrativos ou exclusivamente ligadas à defesa do interesse público podem ver os limites à duração do trabalho alterados.

Em todo o caso, os limites da duração do trabalho só podem ser ultrapassados nos casos expressamente previstos no Código do Trabalho, ou quando o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho o permita.

Horas extraordinárias

Todos os contratos de trabalho estipulam, à partida, o número de horas semanais que o trabalhador deverá cumprir de acordo com o seu contrato de trabalho. As horas extraordinárias só são autorizadas quando a empresa se depara com um aumento pontual de trabalho que não justifique um reforço dos recursos humanos. Conheça as compensações a que tem direito se trabalhar nestas condições.

Direitos e obrigações de quem faz horas extraordinárias: As horas suplementares começam a contar após o horário normal de trabalho. A empresa só pode pedir horas extraordinárias em caso de acréscimo provisório de trabalho que não justifique admissão de um novo empregado, por motivos de força maior ou para prevenir ou reparar prejuízos graves.

Que regras se aplicam? A legislação que regula as horas extraordinárias em Portugal prevê que cada trabalhador só pode trabalhar até duas horas além do seu horário. O limite anual é o seguinte:

- 150 horas anuais para empresas com mais de 50 funcionários;
- 175 horas anuais para empresas com menos de 50 funcionários

Estes limites podem ser excedidos caso a empresa apresente justificação para tal, nunca se permitindo que o trabalhador cumpra mais de 48 horas semanais.

Qual a compensação monetária? Na primeira hora extra o trabalhador recebe a retribuição normal acrescida de 50%, a partir da segunda hora extra, a compensação sobe para 75%

O trabalhador receberá mais 100% do valor-hora por cada hora ou fracção, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou em feriado. A lei estipula também que as horas extra sejam previamente combinadas entre a empresa e o trabalhador, de modo a que não haja espaço para desacordo por parte do empregador.

Além da compensação monetária, é possível solicitar horas de descanso? Sim. A lei diz que o trabalhador que perca o período diário de descanso tem os três dias úteis seguintes para compensar essas horas. De igual modo, dispõe de três dias úteis para gozar de um dia de descanso se trabalhou horas extras a um domingo.

O trabalhador pode recusar fazer horas extraordinárias? O trabalhador terá de apresentar uma justificação para essa recusa.//

Medida Contrato Emprego | Candidaturas abertas até 31 de Outubro

O que é? Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por prazo igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos no IEFP, numa das seguintes situações previstas no Artigo 6.º, da Portaria n.º 34/2017, de 18 de Janeiro, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados.

Quem pode apresentar candidatura? Empresário em nome individual ou pessoa colectiva, de natureza jurídica privada, com ou sem fins lucrativos

Quais os apoios para as entidades promotoras?

9 vezes o valor do IAS (421,32€), no caso de contratos de trabalho sem termo.

3 vezes o valor do IAS (421,32€), no caso de contratos de trabalho a termo certo.

Estão previstas majorações aos valores acima indicados (podendo ser cumuláveis entre si) – Artigo 10º, nº2, da Portaria n.º 34/2017, de 18 de Janeiro.

Quando se podem apresentar as candidaturas? 01 de Outubro a 31 de Outubro de 2017

Para mais informações contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional da ACIB através do telefone: 231 516 761 ou via o e-mail: gip@acib.pt.//